



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, de forma híbrida, reuniu-se o Conselho de Administração — Consad da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Reitor, **Rodrigo Nogueira de Codes**, para deliberar sobre a pauta da terceira reunião ordinária de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes **Jocigleuson Alves de Oliveira**, Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Administração — Proad; **José Domingues Fontenele Neto**, Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan; **Rannah Munay Dantas da Silveira**, Pró-Reitora da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas — Progepe; **Mayara Wenice Alves de Medeiros**, Pró-Reitora Adjunta da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis — Proae; **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva**, Vice-Diretora do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Samuel Oliveira de Azevedo**, Diretor do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Glaydson Francisco Barros de Oliveira**, Diretor do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Leilson Costa Grangeiro**, Vice-Diretor do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Luciana Vieira de Paiva**, Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **Taciano Amaral Sorrentino**, Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **José Albenes Bezerra Júnior**, Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Cybelle Barbosa e Lima Vasconcelos**, Vice-Diretora do Centro de Engenharias — CE; **Francisco Edcarlos Alves Leite**, **Rafael Castelo Guedes Martins**, **Luís Morão Cabral Ferro** e **Elmer Rolando Llanos Villarreal**, representantes docentes; **Talles Rodrigo Barbosa de Aquino** e **Mônica Rafaela de Almeida**, representantes técnico-administrativos. Não participaram por estarem no período de férias os conselheiros **Moacir Franco de Oliveira**, **Leonardo Augusto Casillo**, **Manoel Quirino da Silva Júnior** e **Alexandre Miranda Rocha**. Conselheira com falta justificada: **Simone Maria da Rocha**. Conselheiras com falta não justificada: **Flávia Lavina de Lima Paiva** e **Laura Dalila Silva Viana**. **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre a ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2025. **Segundo ponto:** Apresentação do Relatório de Auditoria nº 01/2025 que analisa a eficácia e eficiência das políticas e programas de suporte acadêmico voltados à permanência discente. **Terceiro ponto:** Apresentação do Relatório de Auditoria nº 02/2025 que avalia a eficácia e eficiência dos programas de assistência estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa. **Quarto ponto:** Apresentação da Instrução Normativa Interna da Auditoria Interna nº 01/2025. **Quinto ponto:** Emissão de parecer sobre a alteração do nome do Hospital Veterinário Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia para Hospital Veterinário Dr. Paulo Cisneiro. **Sexto ponto:** Outras ocorrências. O presidente do Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, leu a justificativa da conselheira Simone Maria da Rocha, que justificou sua ausência devido a sua participação em uma banca de qualificação de mestrado previamente agendada. Colocada em votação, a justificativa foi aprovada por unanimidade. Na sequência realizou a leitura dos pontos de pauta e, não havendo discussão, pôs em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **PRIMEIRO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, colocou em discussão o primeiro ponto de pauta. Não havendo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

33 discussões, pôs o primeiro ponto de pauta em votação, o qual foi aprovado com quinze votos favoráveis e três
34 abstenções. Em seguida, colocou em votação a participação com fala de Antônio Gilberto Martins da Costa,
35 membro da Auditoria Interna — Audint, a qual foi aprovada por unanimidade. O convidado solicitou a inversão do
36 segundo com o terceiro ponto. A solicitação foi aprovada por unanimidade. **TERCEITO PONTO.** O convidado
37 **Antônio Gilberto Martins da Costa**, da Auditoria Interna, iniciou sua apresentação com um agradecimento a
38 todos, especialmente ao presidente, **Rodrigo Nogueira de Codes**, e fez uma breve menção ao fato de que ele
39 estava se recuperando de uma reação alérgica, o que explicava sua solicitação de inversão na ordem da pauta.
40 Em seguida, abordou o trabalho realizado pela auditoria, que teve como objetivo avaliar a eficácia e eficiência dos
41 programas de assistência estudantil da Universidade, focando na legalidade dos editais de bolsas e nos critérios
42 de seleção. O escopo do trabalho envolveu o processo de concessão de bolsas para o ano de 2025. Durante o
43 desenvolvimento da auditoria, foi observado que, apesar da falta de regulamentação formal das bolsas, a
44 Universidade, com a ajuda deste Conselho, havia regulamentado a questão. Além disso, foram identificados vários
45 pontos críticos, como a ausência de um sistema informatizado para o processo de seleção, a curvatura dos prazos
46 dos editais, e a falta de controle sobre o acúmulo indevido de bolsas e atividades acadêmicas. Dentre as
47 recomendações destacadas no relatório, sugeriu a adoção de um sistema informatizado para o processo de
48 seleção das bolsas, que poderia reduzir significativamente o trabalho manual, especialmente considerando a
49 limitação de servidores na universidade. Além disso, ele propôs que os editais fossem divulgados com pelo menos
50 trinta dias de antecedência às matrículas, visando melhorar o planejamento e a acessibilidade para os alunos.
51 Finalmente, foi sugerida a adoção de um sistema de controle de frequência para as atividades acadêmicas
52 vinculadas às bolsas de assistência estudantil, substituindo as tradicionais listas de presença em papel. Em
53 seguida, a conselheira **Mônica Rafaela de Almeida** fez um ponto importante, destacando que, no campus
54 Mossoró, desde 2020, não se utilizava mais listas de frequência em papel, e que atualmente a avaliação dos
55 bolsistas era feita por meio de formulários encaminhados aos professores orientadores, que forneciam feedback
56 sobre a participação dos alunos nas atividades acadêmicas. Ela também parabenizou a auditoria pelo trabalho,
57 destacando o envolvimento de múltiplos setores e o impacto positivo das recomendações. A discussão seguiu
58 com uma análise detalhada das questões levantadas, incluindo a proposta de controle de frequência. A
59 conselheira questionou a relação entre a frequência e as atividades acadêmicas dos bolsistas, sugerindo que o
60 controle não deveria estar relacionado à presença física, mas sim ao desempenho acadêmico do estudante. Ela
61 sugeriu que o critério para a concessão da bolsa fosse vinculado a um resultado acadêmico claro, como o
62 desempenho nas disciplinas ou no Índice de Rendimento Acadêmico — IRA. O convidado **Antônio Gilberto**
63 **Martins da Costa**, por sua vez, esclareceu que sua proposta não visava alterar a obrigação legal do aluno, mas
64 apenas modernizar os métodos de controle, utilizando tecnologia para tornar o processo mais eficiente e seguro.
65 O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** se alinhou com a ideia de que o controle de frequência não fazia
66 sentido em termos de presença física, especialmente considerando que a bolsa é um apoio acadêmico. Ele



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

67 sugeriu que o controle fosse atrelado a resultados acadêmicos, como o aproveitamento das disciplinas,
68 destacando que muitas universidades já adotam esse critério para a concessão de bolsas. O convidado **Antônio**
69 **Gilberto Martins da Costa** respondeu a essas colocações, reiterando que sua preocupação estava com a
70 metodologia ultrapassada e com o risco de perdas de informações, como a possibilidade de professores perderem
71 listas de presença em papel. A solução, para ele, seria a informatização deste processo, garantindo mais
72 segurança e eficácia no controle das atividades dos alunos bolsistas. Antes de encerrar sua fala, fez uma
73 observação adicional, mencionando que o novo Programa de Assistência Estudantil — PAE já havia corrigido
74 várias das fragilidades anteriormente identificadas, e que a implementação das mudanças recomendadas poderia
75 ser feita de maneira gradual, com prazos realistas de execução. Com a palavra, a conselheira **Mayara Wenice**
76 **Alves de Medeiros** destacou que muitas das questões levantadas já estavam sendo tratadas. Ela mencionou que
77 a Proae já utilizava um sistema informatizado para a seleção de bolsas, o Sistemas Integrado de Gestão de
78 Atividades Acadêmicas — Sigaa, que facilitava o processo e evitava a entrega de documentação física. Também
79 comentou sobre a flexibilização dos prazos dos editais, mencionando as dificuldades impostas pela dependência
80 do calendário acadêmico, e reforçou que a nova normativa da Proae já havia eliminado a exigência de controle de
81 frequência em papel, alinhando-se com as práticas mais modernas adotadas em outros *campi* da universidade.
82 Finalizou esclarecendo que algumas sugestões de Antônio Gilberto Martins da Costa, como a inclusão de valores
83 e vagas de bolsas no PAE, não seriam viáveis, pois essas informações são sempre atualizadas por meio dos
84 editais. O convidado **Antônio Gilberto Martins da Costa** agradeceu as palavras da conselheira Mayara Wenice
85 Alves de Medeiros e passou a comentar o achado constante na página oito do relatório, referente à política de
86 assistência estudantil da universidade. Ele destacou a necessidade de uma reflexão sobre o auxílio emergencial
87 que, inicialmente, foi criado para atender situações atípicas como a pandemia de COVID-19, foi mantido pela atual
88 gestão sob a nomenclatura de “auxílio alimentação complementar”. Sugeriu a importância de quantificar e
89 estabelecer critérios claros sobre o valor e a quantidade de bolsas, a fim de proporcionar maior clareza e
90 segurança jurídica, tanto para a Ufersa quanto para os beneficiários. Relatou que, após conversas com os
91 conselheiros Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo e José Domingues Fontenele Neto, entendeu que o processo
92 orçamentário envolve ajustes frequentes devido às variações orçamentárias que ocorrem anualmente, o que
93 dificulta a fixação de valores definitivos para as bolsas. No entanto, ressaltou que uma regulamentação mais
94 precisa pode ajudar a evitar problemas no futuro, como a alocação arbitrária das bolsas, principalmente em ano
95 eleitoral. O conselheiro **Leilson Costa Grangeiro** parabenizou o trabalho da auditoria e fez um questionamento
96 relacionado ao acúmulo indevido de bolsas. Ele sugeriu que essa questão poderia ser resolvida, em parte, pela
97 regulamentação nos editais, indicando claramente quais bolsas poderiam ser acumuladas, prevenindo o acúmulo
98 indevido de benefícios. O convidado **Antônio Gilberto Martins da Costa** explicou que o risco de acumulação
99 indevida ocorre principalmente devido à gestão manual dos processos e que, com o uso de um sistema
100 informatizado, o risco poderia ser mitigado. A conselheira **Mônica Rafaela de Almeida** comentou sobre a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

101 necessidade de segurança jurídica no processo de concessão de bolsas, mas também ponderou sobre os
102 desafios relacionados às mudanças orçamentárias anuais e os impactos disso na continuidade das políticas de
103 assistência estudantil. Ela sugeriu que a gestão da Ufersa deve ser cuidadosa ao regular a quantidade e os
104 valores das bolsas, pois a aprovação recorrente de novas resoluções, a cada alteração orçamentária, poderia
105 comprometer a continuidade de programas importantes e até mesmo aumentar a evasão de estudantes.
106 Finalizado o ponto, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, colocou em votação a
107 participação com fala da auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**, a qual foi aprovada por unanimidade, e
108 realizou a leitura do ponto seguinte. **SEGUNDO PONTO.** A auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**
109 destacou que o momento de apresentação dos resultados é, em sua visão, o mais relevante do trabalho da
110 auditoria, pois representa a oportunidade de compartilhar com todos os gestores as análises e recomendações já
111 discutidas individualmente com as unidades auditadas. A auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**
112 enfatizou que o relatório apresentado aborda um tema desafiador: a evasão estudantil, uma realidade que não se
113 limita à Ufersa, mas que afeta universidades no Brasil e no mundo. Destacou, contudo, que a universidade não
114 pode permanecer no escuro sobre as causas da evasão. Ressaltou que, segundo a literatura especializada, a
115 assistência estudantil é a medida mais eficaz na redução da evasão, especialmente em regiões com grande
116 vulnerabilidade socioeconômica. Em seguida, detalhou a metodologia do trabalho, iniciado ainda em janeiro de
117 2024, com interrupções decorrentes da greve e de sua licença-maternidade, sendo concluído já com a atual
118 gestão. A auditoria envolveu análise de documentos institucionais, entrevistas com pró-reitores, coordenadores de
119 cursos com altos índices de evasão e um *survey* aplicado a estudantes do campus Mossoró, com validade
120 estatística. Explicou que o presente relatório tem como objetivo apresentar a análise do fluxo acadêmico de
121 entrada e saída dos estudantes da universidade, com foco nas taxas de evasão, perfil dos evadidos, e o impacto
122 das políticas institucionais sobre esse fenômeno. Os dados analisados abrangem o período de janeiro de 2011 até
123 junho de 2025, totalizando 2.200.000 observações, fornecidas pela Superintendência de Tecnologia e
124 Comunicação — Sutic. A metodologia adotada foi uma abordagem simplificada de fluxo acadêmico, focando na
125 relação entre o número de alunos cancelados e o número total de alunos vinculados ao curso no respectivo ano.
126 Foi feito um filtro inicial, restringindo os dados a partir de janeiro de 2011, pois, conforme a orientação de técnico
127 da Sutic Kleber Jacinto, esse período marca a consolidação do Sigaa, tornando os dados mais precisos. Antes de
128 2011, os registros foram inseridos manualmente, o que comprometeria a confiabilidade da análise. A primeira
129 análise realizada revelou o panorama geral da evasão de estudantes da universidade, com 19.796 cancelamentos
130 de vínculo acadêmico, 11.748 estudantes ativos e 8.166 formados até julho de 2025. Os dados mostraram uma
131 discrepância significativa entre o número de cancelados e os demais status, o que destaca a evasão como um dos
132 maiores desafios institucionais. No entanto, foi ressaltado que, ao longo dos anos, o número de cancelamentos
133 pode ser inflacionado devido à ausência de mecanismos de cancelamento, especialmente durante o período de
134 ensino remoto em função da pandemia de COVID-19. Um ponto relevante destacado foi o impacto da pandemia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

135 na taxa de evasão, que teve uma redução artificial nos de 2020 a 2023. O ensino remoto permitiu que muitos
136 estudantes mantivessem seu vínculo acadêmico sem a necessidade de efetuar o cancelamento, criando uma
137 distorção nos dados. A ausência de jubramento também contribuiu para essa redução, o que gerou um
138 represamento dos estudantes não cancelados, potencialmente impactando os números de 2025. A conselheira
139 também relatou a existência de um problema sistêmico chamado “limpa currículo”, no qual um estudante tem seu
140 seu vínculo anterior cancelado quando se matriculam novamente, após fazerem um novo Exame Nacional do
141 Ensino Médio — Enem. Nesse processo, o sistema desconsidera a matrícula anterior, resultando em dados de
142 evasão aparentemente mais baixos. A análise de evasão por curso revelou que o Curso de Engenharia de Pesca
143 no *campus* Mossoró e Curso de Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia — CeT no *campus* Pau dos Ferros são
144 os cursos com as maiores taxas de evasão, com 66% e 65%, respectivamente. Esses cursos apresentaram taxas
145 de cancelamento que indicam a necessidade urgente de revisão nas estratégias de retenção, além de um
146 acompanhamento mais detalhado das características dos alunos que mais desistem desses cursos. Em seguida,
147 explicitou que uma pesquisa realizada com 792 alunos no campus Mossoró, entre os cursos de graduação
148 presencial do primeiro ciclo, revelou que uma quantidade significativa de estudantes não estavam devidamente
149 matriculados nas disciplinas, o que resultou em turmas com um número reduzido de participantes. Assim, as
150 análises realizadas fornecem um panorama detalhado da evasão da universidade. Em relação à escolha do curso,
151 a maioria dos alunos relatou ter escolhido o curso por afinidade pessoal. Outros motivos frequentes incluíram o
152 interesse no mercado de trabalho, a nota do Enem e, em menor grau, influência familiar e reconhecimento social.
153 Isso indica que a decisão pelo curso ainda é, em muitos casos, motivada por conveniência, o que impacta
154 diretamente na motivação e na permanência. Sobre a comunicação institucional, foi identificado um descompasso
155 entre os canais institucionais e a comunidade discente. Muitos estudantes desconhecem serviços fundamentais
156 oferecidos pela universidade, como o apoio psicopedagógico, demonstrando falhas na divulgação e na
157 aproximação entre a instituição e o aluno. De modo que a maioria dos estudantes demonstrou insatisfação com o
158 apoio pedagógico disponível, especialmente em momentos críticos como o trancamento de disciplinas. A ausência
159 de orientação formal nesses momentos reforça o sentimento de desamparo. Esse cenário também foi reconhecido
160 pelos docentes. Entre as principais sugestões de mudança estão o fortalecimento do suporte pedagógico, a
161 revisão da grade curricular e melhorias na infraestrutura e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. As
162 respostas abertas revelaram a importância da relação professor-aluno e a carência de aulas práticas. Dessa
163 forma, conclui-se que o primeiro achado da pesquisa é a inexistência de uma estratégia institucional formalizada
164 para enfrentamento da evasão. Embora existam ações isoladas, como programas de assistência estudantil, essas
165 iniciativas não estão integradas em um plano articulado, monitorado e com foco claro na permanência. O segundo
166 achado é a inexistência de uma política institucional de formação continuada para os docentes da universidade,
167 visto que, embora haja ações pontuais, falta um programa sistemático e regular de capacitação pedagógica, que
168 promova atualização em metodologias de ensino, uso de tecnologias educacionais e práticas de avaliação. Já



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

169 como achado três, a pesquisa evidenciou que os estudantes não reconhecem efetividade nos atuais instrumentos
170 de avaliação docente, aplicados ao fim do semestre. Apesar de serem bem estruturados, esses formulários são
171 percebidos como inócuos, já que os resultados não são utilizados para melhoria de ensino, apenas para fins
172 administrativos. Foi sugerido que as avaliações passem a ter impacto direto na formação docente, no
173 acompanhamento pedagógico e nos processos de progressão funcional, o que poderia estimular maior seriedade
174 no preenchimento e gerar efeitos positivos sobre a qualidade do ensino. Por fim, como o quarto achado,
175 constatou-se a inexistência de mecanismos institucionais que permitam identificar precocemente os estudantes
176 em risco de evasão. Assim, a proposta sugere a implementação de ações mais simples e efetivas, que podem
177 inicialmente ser manuais, desde que inseridas em uma política estruturada e articulada com os setores
178 acadêmicos. A adoção de instrumentos tecnológicos pode ser pensada posteriormente, mas o essencial é criar
179 rotinas que possibilitem intervenções tempestivas. Por fim, sugeriu algumas recomendações, pensadas em
180 conjunto com o conselheiro Francisco Edcarlos Alves Leite. Em seguida, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
181 **Nogueira de Codes**, destacou que o conceito de evasão é muito amplo e pode ser interpretado de diversas
182 maneiras, por exemplo, quando um aluno muda de curso dentro da mesma universidade, o que é considerado
183 “cancelamento de vínculo”, acaba gerando números de evasão. Assim como, se um aluno sai de uma
184 universidade para outra, mesmo continuando no sistema federal público de ensino, também é gerado um número
185 de evasão para a universidade original. Assim, destacou a importância de rastrear a situação dos alunos através
186 do CPF, a fim de verificar se estes realmente abandonaram os estudos ou se apenas mudaram de curso ou
187 fizeram ajustes no seu currículo. Em seguida abordou o tema do cancelamento de vínculo estudantil,
188 mencionando a situação observada durante a pandemia, onde alguns alunos, como os que estavam apenas com
189 o Trabalho de Conclusão de Curso — TCC, enfrentaram problemas relacionados ao seu vínculo por não estarem
190 matriculados ou com atividades pendentes. Ele sugeriu que seria importante formalizar políticas de permanência
191 estudantil, que já incluem ações como monitoria, programas de nivelamento e aumento das vagas nas residências
192 universitárias, entre outras. Também mencionou o trabalho de capacitação docente, referindo-se ao núcleo de
193 formação docente criado em 2019. Embora o trabalho tenha sido descontinuado após mudanças administrativas,
194 ele defendeu a necessidade de retomar e atualizar essa proposta, com base nas discussões realizadas
195 anteriormente. A avaliação das disciplinas também foi abordada, com o reconhecimento de que há um grande
196 volume de dados sobre o desempenho dos alunos, mas a falta de recursos humanos dificulta uma utilização mais
197 estratégica desses dados. Ao falar sobre flexibilização curricular comentou sobre o novo decreto, o Decreto nº
198 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta as modalidades de ensino presencial, semipresencial e a
199 distância. Ele sugeriu que seria fundamental iniciar uma discussão sobre como esse decreto pode ser aproveitado
200 para flexibilizar os currículos da universidade, considerando as demandas de um perfil de aluno cada vez mais
201 diverso, como os trabalhadores que enfrentam desafios logísticos e financeiros para estudar em uma instituição
202 presencial. Ressaltou que, apesar das dificuldades, a flexibilização precisa ser feita sem comprometer a qualidade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

203 do ensino, e que as universidades públicas, devido à sua estrutura, precisam de mais tempo para implementar
204 mudanças, embora a discussão sobre isso deva ser iniciada imediatamente. Para finalizar sua fala, ressaltou a
205 importância de manter a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, mencionando uma comissão em
206 andamento que trabalha na implementação de uma política de qualidade de cursos. Em seguida, o conselheiro
207 **Taciano Amaral Sorrentino** parabenizou a auditora Maria Teodora Rocha Maia do Amaral pelo trabalho
208 apresentado. Também mencionou que esses dados coincidem com os resultados de estudos anteriores realizados
209 em um programa de monitoria por pares, e se colocou à disposição para contribuir com a análise dos dados e
210 ajudar na construção de novos programas de acolhimento para alunos ingressantes. Enfatizou que muitos alunos
211 chegam à universidade sem um forte senso de pertencimento, o que pode comprometer sua permanência e
212 sucesso no curso. Ele propôs que a questão da integração dos alunos deve ser discutida a nível institucional, com
213 o objetivo de melhorar as chances de sucesso acadêmico desses alunos. Observou que, na tabela 1, existe uma
214 diminuição no número de alunos represados em 2023 e 2024, tendo sido relatado pela Divisão de Administração
215 Acadêmica — DRA que, em 2023, houve uma rodada de cancelamentos, que estavam represados desde a
216 pandemia. Isso significa que, no período da pandemia, os alunos continuavam matriculados, mas não
217 compareciam às aulas, ou seja, permaneciam ativos no sistema, mas não se matriculavam em novos cursos.
218 Então, 2023 registrou a "limpeza" desses alunos, com o cancelamento em massa desses registros. A partir desse
219 ponto, vemos pela primeira vez, na série histórica, a diminuição no número de alunos ativos. Portanto, é
220 interessante observar como a série de dados da Tabela 1 reflete essa mudança significativa no número de alunos.
221 A Tabela 2, no entanto, exige uma análise mais detalhada. Assim, embora a proposta inicial fosse concentrar os
222 estudos nos cursos de primeiro ciclo, os cursos mais destacados na Tabela 2, em termos de taxa de evasão, são
223 cursos de segundo ciclo. Os cursos que aparecem com as menores taxas de evasão (segundo e terceiro
224 melhores) na Tabela 2 são cursos de segundo ciclo, como Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia de
225 Energia. Esses cursos têm como base o primeiro ciclo o curso Interdisciplinar de Ciência e Tecnologia. Isso desto
226 da proposta inicial de analisar apenas os cursos de primeiro ciclo, como está no relatório. Então, seria interessante
227 revisar esses cursos na Tabela 2 para refletir corretamente a divisão entre primeiro e segundo ciclo. Na sequência,
228 a auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** iniciou sua fala explicando um erro na inserção de cursos nos
229 dados analisados, mencionando que corrigiria antes de enviar o relatório para a Controladoria Geral da União —
230 CGU. Em seguida, abordou a falta de dados sobre a origem dos alunos (rede pública ou privada), informação que
231 seria relevante, mas que não estava disponível. O conselheiro **Taciano Amaral Sorrentino** destacou a
232 importância de analisar a origem dos alunos, compartilhando que, em um estudo anterior, essa variável foi
233 significativa para entender a evasão. Retomando sua fala, a auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**
234 concordou com a importância de incluir essa variável nas futuras análises. O conselheiro **Taciano Amaral**
235 **Sorrentino** também sugeriu que fosse feito um acompanhamento preventivo dos alunos desde a matrícula,
236 usando as notas do Enem para identificar dificuldades iniciais e oferecendo suporte, como cursos de nivelamento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

237 e monitores para disciplinas com alta reprovação. Por fim, questionou à Prograd sobre o andamento de um estudo
238 realizado em 2020 pela Universidade Federal de Goiás — UFG, que visava identificar estudantes com risco de
239 evasão, e perguntou se houve algum aproveitamento do estudo ou se o Ministério da Educação — MEC adotou
240 alguma recomendação relacionada. Na sequência, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
241 agradeceu a fala do conselheiro e confirmou lembrar do estudo conduzido pela UFG sobre evasão estudantil.
242 Comprometeu-se a buscar mais informações sobre os resultados desse estudo. Comentou também que os cursos
243 de nivelamento já estão previstos no novo regulamento da graduação, aguardando apenas aprovação para serem
244 institucionalizados, e pediu objetividade nas falas devido ao horário avançado. Na sequência, a conselheira
245 **Luciana Vieira de Paiva** parabenizou o trabalho apresentado e, com base em sua experiência como ex-
246 coordenadora do curso de Ecologia, compartilhou um diagnóstico feito no curso que identificou retenção e evasão
247 como problemas centrais. Explicou que, no caso do Curso de Ecologia, muitos alunos ingressavam sem afinidade
248 com o curso, movidos apenas pela nota de corte, o que levava ao abandono. Além disso, a maioria dos alunos
249 vinha de outras cidades e enfrentava dificuldades financeiras para se manter, contribuindo também para a evasão.
250 Destacou que a maior parte das desistências ocorria nos primeiros períodos, principalmente por falta de
251 identificação com as disciplinas iniciais, que pouco abordaram conteúdos específicos do curso. A partir desse
252 diagnóstico, o Projeto Pedagógico de Curso — PPC foi reformulado para tornar o início do curso mais atrativo. Ela
253 também mencionou que o calendário acadêmico irregular era outro fator que contribuía para a evasão, mas
254 acreditava que sua normalização poderia melhorar esse cenário. Por fim, demonstrou apoio à proposta do
255 conselheiro Taciano Amaral Sorrentino sobre o projeto “Mentory”, que demonstrou resultados positivos na redução
256 da evasão e no aumento da integração dos alunos. Defendeu sua institucionalização e reforçou a necessidade de
257 mais apoio psicopedagógico na universidade, com contratação de mais profissionais, como pedagogos e
258 psicólogos, para oferecer suporte adequado aos estudantes. A auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral**
259 complementou dizendo que espaços de convivência também impactam positivamente na permanência dos alunos.
260 Citou a falta de áreas adequadas como um problema recorrente e mencionou que medidas simples e de baixo
261 custo podem ajudar. O conselheiro **Luís Morão Cabral Ferro** parabenizou o relatório, mas destacou que ele deve
262 ser visto como um ponto de partida. Criticou a queda na qualidade dos alunos ingressantes e alertou contra
263 medidas que responsabilizem exclusivamente os docentes pela evasão. Ressaltou a necessidade de cobrança e
264 responsabilização dos estudantes, além de cursos de nivelamento, especialmente em matemática. Criticou
265 limitações no uso de plataformas como o Moodle, e defendeu a criação de salas e espaços de estudo com
266 estrutura adequada. Citou experiências internacionais e defendeu maior comprometimento dos estudantes com o
267 ensino público. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, respondeu destacando a experiência
268 da Universidade Federal do ABC — UFABC, onde o ano letivo é dividido em três quadrimestres. Isso permite focar
269 o primeiro quadrimestre em nivelamento, dando mais suporte ao aluno ingressante e otimizando o calendário
270 acadêmico e a atuação docente. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** elogiou o relatório e defendeu que



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

271 ele seja amplamente discutido e utilizado como base para ações institucionais contra a evasão. Reforçou que a
272 evasão é multifatorial e que os dados ajudam a entender nuances, como evasões que não estão ligadas ao
273 descontentamento com a universidade, mas sim a fatores externos ou estratégicos dos estudantes. Com a
274 palavra, o conselheiro **Francisco Edcarlos Alves Leite** iniciou sua fala parabenizando a auditora Maria Teodora
275 Rocha Maia do Amaral e toda a equipe da Audint pelo relatório apresentado. Ele destacou a relevância da questão
276 do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI e o planejamento das metas para atingir a qualidade nos cursos
277 de graduação. Também mencionou que o regulamento da qualidade dos cursos será debatido ainda naquele mês,
278 com a criação de comissões em cada Centro Acadêmico para planejar e elaborar relatórios sobre as ações
279 necessárias para a melhoria da qualidade, como índices de ingresso, evasão, sucesso e retenção. Além disso, ele
280 falou sobre o apoio à monitoria e nivelamento, enfatizando que o Núcleo Docente Estruturante – NDE poderia ser
281 responsável pela indicação das disciplinas que mais necessitariam de bolsas de monitoria. Reforçou, ainda, que o
282 trabalho da Progepe e da Comissão Própria de Avaliação — CPA, em conjunto com as recomendações da
283 auditoria, são essenciais para a construção do PDI e que a formação docente será parte desse processo. Concluiu
284 informando que a gestão está reativando o Fórum das Licenciaturas e o Núcleo de Formação Docente, com o
285 intuito de melhorar a educação oferecida pela instituição. A conselheira **Rannah Munay Dantas da Silveira**
286 também parabenizou a auditora Maria Teodora Rocha Maia do Amaral e destacou a importância da auditoria
287 interna para a gestão institucional. Ela abordou a questão da formação docente, mencionando a importância de
288 políticas de formação continuada, principalmente para os docentes que, apesar de altamente capacitados, não
289 foram preparados didaticamente para os desafios da sala de aula. A conselheira **Rannah Munay Dantas da**
290 **Silveira** falou sobre o diagnóstico feito pela Progepe, que foi apresentado diretamente aos docentes e servirá de
291 base para a construção do plano de desenvolvimento de pessoas de 2026, com ênfase em formação didático-
292 pedagógica. Ela mencionou ainda que, apesar de ser uma meta do PDI, a falta de formação didática nos estágios
293 probatórios é um ponto crítico, uma vez que o Governo Federal não prevê a inclusão desses cursos no processo
294 de avaliação de novos docentes. Na sequência, o conselheiro **Samuel Oliveira de Azevedo**, por sua vez,
295 destacou a importância da auditoria e fez algumas observações sobre a atuação da Ufersa. Ele apontou a
296 carência de ações que envolvam todos os campi, sugerindo que as atividades da Ufersa em Mossoró deveriam
297 ser estendidas às outras localidades. Mencionou a preocupação com a baixa participação dos docentes nas
298 semanas de planejamento e atualizações continuadas, sugerindo que a Progepe poderia ajudar a resolver a
299 questão, considerando que a falta de planejamento impacta diretamente na evasão e na qualidade do ensino. Ele
300 ainda citou o curso de Computação e Informática do *campus* de Angicos, que enfrentou dificuldades no ano
301 anterior, e ressaltou o trabalho de busca ativa realizado pela coordenação, que tem sido fundamental para a
302 recuperação de alunos evadidos. Concluiu destacando a importância da atualização dos PPCs e a necessidade
303 de refletir sobre o uso de carga horária a distância nos cursos presenciais. O conselheiro **Leilson Costa**
304 **Grangeiro** parabenizou o trabalho realizado pela auditoria, apontando que o relatório foi muito oportuno e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

305 destacou a multifatorialidade da evasão, especialmente nos primeiros anos dos cursos nas áreas de ciências
306 exatas e tecnológicas. Ele sugeriu que ações de mentoria poderiam ser implementadas a curto prazo para reduzir
307 a evasão, especialmente em cursos com altos índices de desistência. Sugeriu que essas ações fossem
308 incorporadas ao planejamento do PDI. Finalizado o ponto, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de**
309 **Codes**, suspendeu a reunião, com retomada às 14 horas, após a aprovação do Conselho. Às catorze horas, o
310 presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, declarou aberta a segunda sessão da terceira reunião
311 ordinária de dois mil e vinte e cinco e realizou a leitura do ponto seguinte. **QUARTO PONTO**. Com a palavra, a
312 auditora **Maria Teodora Rocha Maia do Amaral** fez uma apresentação breve sobre a instrução normativa
313 relacionada ao programa de qualidade da instituição. Ela explicou que a norma visa regulamentar o programa de
314 qualidade, com a implementação de três tipos de avaliações: autoavaliações realizadas pela equipe, avaliações
315 das unidades auditadas e uma avaliação dos gestores, que será enviada no final do ano. Ela também destacou
316 que as auditorias internas do governo federal exigem a criação de um programa para garantir a gestão e a
317 melhoria da qualidade, o que já era previsto desde 2017. A instrução normativa define prazos, escopos e objetivos
318 dessas avaliações. **QUINTO PONTO**. Em seguida, o presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**,
319 realizou a leitura do quinto ponto de pauta, referente à alteração do nome do Hospital Veterinário Jerônimo Dix-
320 Huit Rosado Maia para Hospital Veterinário Dr. Paulo Cisneiro, e pôs em discussão. Com a palavra, o conselheiro
321 **José Domingues Fontenele Neto** ressaltou a importância de Dr. Paulo Cisneiro para a medicina veterinária e
322 para a instituição, destacando sua dedicação de 30 anos ao curso e à universidade. O conselheiro **José Albenes**
323 **Bezerra Júnior** também reforçou o reconhecimento merecido ao Dr. Paulo Cisneiro e mencionou que a
324 homenagem é justa. O presidente deste Conselho, **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs o ponto em votação, a qual
325 foi aprovada com dezessete votos favoráveis e uma abstenção. **SEXTO PONTO**. O presidente deste Conselho,
326 **Rodrigo Nogueira de Codes**, pôs em discussão o sexto e último ponto de pauta, a fim de tratar de outras
327 ocorrências. O conselheiro **José Albenes Bezerra Júnior** abordou uma questão sobre a regulamentação e
328 padronização da utilização de espaços comuns na universidade, como auditórios e laboratórios. Ele explicou que
329 o tema já está sendo discutido pelas direções, com a criação de um documento normativo para a utilização desses
330 espaços, a fim de estabelecer regras claras para sua utilização. Por fim, o presidente deste Conselho, **Rodrigo**
331 **Nogueira de Codes**, mencionou a importância de incluir no relatório da auditoria interna a manifestação das pró-
332 reitorias, especialmente no que se refere às ações contra a evasão. Ele destacou as diversas iniciativas da
333 universidade, como o programa de monitoria, assistência estudantil e o acompanhamento psicológico e
334 pedagógico, que têm gerado resultados positivos. Sugeriu que essas informações fossem incluídas nos relatórios,
335 destacando que, embora não haja formalização, a universidade já realiza muitas ações nesse sentido. Nada mais
336 havendo a discutir, deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados,
337 lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, na reunião do dia X de X de dois mil e vinte e cinco, segue
338 assinada pelo presidente do Consad, pelos demais conselheiros presentes nesta reunião e por mim. xxxxxxxxxx.